

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional



Educação em Contextos Humanitários

Education in Humanitarian Contexts

Ana Maria Eyng ^[a] 
Curitiba, PR, Brasil
Universidade (SIGLA), Instituto, Faculdade, Departamento

João Casqueira Cardoso ^[b] 
Porto, Portugal
Universidade Fernando Pessoa

Candido Alberto da Costa Gomes ^[c] 
Porto, Portugal
Instituto Europeu de Estudos Superiores

Maria Teresa Prieto Quezada ^[d] 
Guadalajara, México
Universidad de Guadalajara

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira ^[e] 
Curitiba, PR, Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: EYNG, A. M.; CARDOSO, J. C.; GOMES, C. A.; QUEZADA, M. T. P.; VIEIRA, A. M. D. P. Educação em Contextos Humanitários. *Revista Diálogo Educacional*, Apresentação, v. 24, n. 81, p. 401-409, 2024. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.081.AP01>

^[a] Doutora em Educação, e-mail: ana.eyng@pucpr.br

^[b] Doutor em Direito e Ciências Jurídicas, e-mail: jcasq@ufp.edu.pt

^[c] Doutor em Educação, e-mail: candidoac@gmail.com

^[d] Doutora em Educação, e-mail: materesaprieto@yahoo.com.mx

^[e] Doutora em Educação, e-mail: alboni@alboni.com

O dossiê **Educação em Contextos Humanitários** reúne um conjunto de textos sobre uma problemática que se amplia de modo assustador no contexto contemporâneo.

Os fatores de risco e as graves ameaças que afetam crianças, adolescentes, jovens e adultos, nos territórios que fragilizam o acesso, a permanência e a conquista de resultados educativos de qualidade social, demandam políticas e pedagogias inclusivas e interculturais. Pois a precarização da educação (e da saúde) instrumentaliza o aprofundamento dos abismos sociais e internacionais.

Nesse cenário, a educação contribui para a construção de recursos protetivos, na promoção do bem-estar individual e coletivo de uma infância extremamente vitimizada, em situações humanitárias as quais são marcadas pela pobreza infantil multidimensional e intergeracional. Portanto, a garantia indissociável dos direitos de proteção, provisão e participação requer cuidados específicos destinados à infância, com a prevenção precoce integrada a todos os aspectos da vida, principalmente da educação (e da saúde).

A complexidade da problemática exige cooperação internacional e programas intersetoriais, além do desenvolvimento e fortalecimento da cultura em direitos humanos e maior justiça social.

Entre os artigos aqui reunidos se situam reflexões sobre o direito à educação nos territórios marcados pela desigualdade e exclusão, em especial pelas migrações e deslocamentos forçados, produzidos por catástrofes naturais, crises sanitárias, conflitos violentos e pelas guerras.

Os(As) autores(as) repercutem demandas políticas, sociais, pedagógicas, tecnológicas e ambientais implicadas na compreensão, bem como, nas imprescindíveis ações locais, nacionais e transnacionais para a superação das diversas situações de crise humanitária que exigem o fortalecimento dos fragilizados processos educacionais, com vistas à garantia plena do direito à educação.

O artigo de abertura do dossiê foi escrito por Ana Maria Eyng, intitulado “Educação em contextos humanitários: violação e proteção dos direitos da infância”. O texto decorre das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa Políticas Públicas, Direitos Humanos e Formação de Professores. A discussão tem como objeto da discussão a educação em contextos humanitários, a partir do qual reflete sobre o direito às aprendizagens como componente do direito à educação. Nessa perspectiva, problematiza e ilustra as tensões entre riscos e proteção dos direitos da infância, com as vozes de 460 estudantes, 125 Educadores e 95 familiares de doze escolas de cinco diferentes países. Os participantes enunciam percepções que situam as violências na gênese do mal-estar, a partir das quais apresentam demandas e reivindicações de direitos para constituição do bem-estar. A autora evidencia que violências interseccionais estão entremadas nos contextos humanitários, afetando notadamente, crianças e adolescentes, cuja peculiaridade de sujeitos em desenvolvimento os torna principais demandantes da ação humanitária integrada à ação dos direitos humanos para a garantia do direito à educação. Nessa direção, defende a necessidade de pensar a função social da escola, como *espaçotempo* estratégico e intersetorial na constituição do bem-estar individual e coletivo.

Educação, infância e aprendizagem em situação de refúgio é objeto do texto de Adriana Maria de Assumpção e Carla Antunes Pereira, no artigo intitulado “Infâncias e Migrações Transnacionais: conversas sobre educação, cotidiano e tecnologias”. As autoras relatam um estudo sobre a aprendizagem de crianças em situação de refúgio, no contexto da pandemia de Covid -19 por meio do Ensino Remoto Emergencial. As conversas delinearão a metodologia na/da experiência, que segundo assinalam as autoras “possibilitaram a escuta das narrativas infantis como um convite para pensar sobre os lugares e as vivências compartilhadas.” As narrativas de três imigrantes Sírios, duas meninas e um menino,

retratam “cotidianos vividos, costumes, aprendizagem e tecnologias, bem como expectativas, sonhos interrompidos, falta de interação com a comunidade escolar e ausência de educação intercultural”.

O terceiro artigo do dossiê de autoria de Valquiria Elita Renk, Anor Sganzerla e Diego Carlos Zanella intitula-se “Migrantes e Educação: a bioética como ferramenta em defesa da dignidade e do enfrentamento às vulnerabilidades”. A investigação indaga: como a bioética pode contribuir com o processo de educação dos migrantes de modo a garantir-lhes um contexto humanitário com a proteção da dignidade humana? O estudo tem como cenário a acolhida de estudantes imigrantes na rede Municipal de Educação de Curitiba. Na análise, as demandas e desafios de crianças em idade escolar, diante das mudanças, adaptações, aprendizados, bem como a busca por direitos e a preservação dos traços identitários de origem, são discutidos à luz da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*.

A temática da educação em contextos humanitários é tratada por Diego Fernandes Pinheiro e Maria Nilvane Fernandes, sob a ótica da mobilidade, abordando “A rede de atendimento e o direito à educação escolar de crianças venezuelanas em Manaus”. O direito à educação das crianças em situação de mobilidade social (deslocamentos, imigrações), embora previsto nas políticas públicas, ainda encontra frágil estrutura de acolhimento e inclusão, conforme apontam os dados apresentados pelos autores; “em Manaus, parte significativa das instituições que estão estruturadas para ajudar os venezuelanos são instituições religiosas. Em relação aos dados educacionais, no ano de 2021 32% dos imigrantes eram pessoas com idade até 17 anos. Em relação à dificuldade de matrícula, o problema está relacionado ao desconhecimento do sistema educacional brasileiro.”

O texto seguinte, de autoria de Rafael Alberto González González, considera as “Tendencias y desafíos en la escolarización de los migrantes venezolanos: una lectura regional”. O estudo examina os processos de escolarização de crianças e adolescentes venezuelanos, em situação de deslocamento ou mobilidade no âmbito da América Latina. Para tanto, são cotejadas proposições de documentos oficiais regionais e artigos científicos publicados no contexto pós-pandêmico, circunscritos à temática. Da análise textual discursiva empreendida, o autor chama a atenção para “um trio de vértices analíticos enraizados em: 1. Os avanços que tipificam, na região, o acesso educacional dos migrantes/refugiados; 2. A trama de violências que permeia a inclusão destes nos sistemas educativos; e 3. O horizonte de trabalho possibilitado pela pedagogia intercultural para enfrentar os desafios, o entrelaçado socioeducativo que transversaliza a escolarização dos NNAs (crianças e adolescentes) migrantes.”

No texto de Camila Lucena, sob o título: “A escolarização venezuelana em Igarassu/Pernambuco: migração venezuelana, exclusão e resistência”, está em pauta a acolhida escolar dos estudantes advindos da Venezuela no município. A autora subsidia sua análise integrando procedimentos de observação, textos e desenhos dos estudantes, a partir dos quais trata a imagem como objeto analítico, procedendo à análise do discurso, com aporte na abordagem materialista. Os resultados apontam que os discursos dos estudantes relatam as dificuldades por eles enfrentadas no processo de inclusão e permanência nos espaços educativos, destacando “a pressão para falar apenas português”, o que evidencia a fragilidade do preparo das equipes escolares. No entanto, demonstram também “práticas discursivas de resistência”, especialmente no uso de sua língua e cultura pátria “para se afirmarem como sujeitos”.

Na sequência, o artigo de Alan Augusto Moraes Ribeiro e Simone Santana Ferreira aborda as “Políticas educacionais para indígenas refugiados: Os Warao em Santarém, Pará”. O texto aborda, em particular, as políticas educacionais de acolhimento e integração de imigrantes indígenas da etnia Warao, refugiados em Santarém, no Pará. Vale de procedimentos metodológicos de análise documental e bibliográfica, abordando no estudo documentos nacionais e internacionais que subsidiam e

regulam os processos de inclusão escolar, especialmente dos indígenas em situação de deslocamento e/ou refúgio. As políticas e programas desenvolvidos têm como desafio promover a integração econômica e social de imigrantes e refugiados.

Por sua vez, o texto de Fábio Soares da Silva e Acacia Zeneida Kuenzer relata a investigação sobre o “Reconhecimento de saberes profissionais de pessoas refugiadas no Brasil, por meio da revalidação de diplomas e certificados”. Os autores analisam os pressupostos legais que subsidiam a revalidação da certificação e saberes que possam garantir os direitos à educação e ao trabalho dos imigrantes/refugiados. A análise da temática, situada teoricamente com o aporte em Max Weber, situa os entraves burocráticos que dificultam o reconhecimento dos saberes, diplomas e certificações que os imigrantes/refugiados trazem na sua bagagem, adquiridos na educação profissional e educação básica realizadas nos seus países de origem. Entre as contribuições do texto está a problematização acerca da “categoria reconhecimento, como meio que favorece a integração social do refugiado, passando pela dimensão ontológica de sua constituição, enquanto sujeito profissional/trabalhador”.

Marco Braga, no artigo intitulado: “Desafios para a Educação num Campo de Refugiados”, aborda um cenário complexo, com múltiplas problemáticas para a garantia do direito à educação e inclusão social e econômica dos refugiados em Dzaleka (Malawi). Mediante pesquisa exploratória no campo de refugiados, o autor identifica diferentes ações desenvolvidas em prol da educação, havendo iniciativas promovidas por organizações humanitárias, e outras organizadas pelos próprios refugiados, ocorrendo um distanciamento entre as iniciativas educacionais propostas por esses diferentes grupos. No entanto, os múltiplos desafios educacionais existentes não são suficientemente supridos, havendo muitas crianças sem atendimento na educação básica, além da precariedade e/ou insuficiência da educação profissional e superior realizada por meio remoto. Além disso, o autor indica que “a inserção dos refugiados na economia da região, ainda vetada pelo governo local”. Portanto, a par dos riscos advindos da violação do direito à educação, o direito ao trabalho também não se cumpre. Tais problemas, guardadas pequenas facetas particulares, são replicados numa centena de campos de refugiados ao redor do planeta. Assim sendo, as soluções que viabilizem plena integração dos refugiados também podem ser positivamente replicadas na garantia de seus direitos. “A educação em contextos humanitários nos campos de refugiados do mundo necessita de soluções inovadoras para que haja futuro para milhões de crianças e jovens”.

O texto de Christiano Cordeiro Soares, sob o título “Cooperação internacional para refugiados sudaneses e sírios na Jordânia: desdobramentos educacionais”, traz elementos sobre a educação para refugiados em contextos humanitários. O estudo coloca em destaque a importância da cooperação internacional num projeto de extensão universitária com refugiados sudaneses e sírios na Jordânia, cujo contexto está marcado por “guerras civis, barreiras linguísticas e de ampla diversidade cultural.” O estudo se pauta na abordagem da comunicativa-crítica mediante análise de documentos produzidos no desenvolvimento das atividades de extensão, abordando ensino de idiomas, estudos sobre práticas corporais, além das orientações advindas da Coordenadoria de Relações Internacionais (CoRI) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O autor relata que a experiência possibilitou a “compreensão dos elementos comunicativos, mas também analisar os desafios das estruturas de poder, das relações sociais e da necessidade premente de acesso à educação subjacentes aos processos de ajuda humanitária”. Sendo que os “resultados obtidos pavimentaram a consolidação de um ambiente inclusivo e de aprendizagem enriquecido pela diversidade cultural”.

Com objetivo de refletir sobre o desenvolvimento de crianças pré-escolares em contextos de guerra, Suzi Montiel apresenta o artigo intitulado: “Narrativas de Crianças Pré-Escolares em Contexto de Guerra”. A autora relata a investigação referendada na abordagem da pesquisa narrativa, na qual infere sobre os impactos do contexto de guerra experienciado na infância de três jovens timorenses entrevistados. “A partir das narrativas de suas experiências atreladas aos referenciais teóricos escolhidos somos levados a refletir como essas crianças num período de guerra podem ser afetadas em seu desenvolvimento educacional”.

As implicações da pobreza na configuração de uma situação humanitária são consideradas no texto de Otávio Santos, Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e Humberto da Silva Miranda, intitulado “O direito à educação de meninos e meninas em situação de rua: reflexões a partir do Censo da População de Rua da cidade do Recife”. O artigo aborda a realidade da infância na composição da população de rua, considerando o “lastro das violações e violências a que estão expostos”, inscrevendo-os “no campo de vivência em contexto de calamidade humanitária”. O estudo tem base no Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife, que “adotou uma metodologia específica para a pesquisa com e sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, a partir da realização de grupos focais, produção de cartografias e histórias de vida”. Os autores ressaltam “a necessidade de uma escola e uma educação que atuem pelo acolhimento dos cotidianos e culturas destes meninos e meninas, suas famílias e territórios. Só assim é que se pode operar a partir da perspectiva da inclusão com acolhimento e participação, se aproximando da perspectiva de uma educação cuidante e da hospitalidade incondicional”.

A perspectiva da pobreza, da desigualdade e a violação do direito à educação perpassam o artigo de Vanessa Silva Bernardes, Fabiana Mayboroda Gazzotti e Leandro Forell. Com o título: “Elas não entendem que aqui a realidade é diferente”: os movimentos de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil do lixão”, o texto discorre sobre “memórias de lutas de mulheres, mães catadoras de lixo, em busca da garantia e acesso à educação de seus(as) filhos(as)”. Na análise, são consideradas “as redes de interdependência entre as catadoras de lixo, o Poder Público e a iniciativa privada no movimento de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil.” As memórias das mulheres, captadas na perspectiva metodológica etnográfica, retratam uma concepção de escola que se constitui como espaço construído “nas redes de interdependência que a cercam na luta pela garantia dos direitos fundamentais de seus(as) filhos(as)”, abrangendo a proteção, a educação e a cidadania.

Tatiani Müller Kohls e Denise Marcos Bussoletti contribuem com a análise dos contextos humanitários e seus efeitos nos cotidianos infantis no artigo intitulado: “Esperança e barbárie: Uma narrativa das infâncias pelos sonhos”. A pesquisa indaga sobre “que histórias as infâncias podem contar através dos sonhos, explorando as representações oníricas infantis e as múltiplas formas que as crianças veem o mundo”. As narrativas das crianças são analisadas via abordagem etnográfica e perspectiva da sociologia da infância e da poética como gramática das culturas infantis, destacando “que as infâncias e seus sonhos são espaços de resistência oferecendo uma crítica ao mal-estar cultural e social que vivemos na modernidade”. A reflexão das autoras contribui para “a construção do conhecimento e de pedagogias que se constituem e se vinculam em diversos espaços sociais, valorizando os conhecimentos produzidos a partir das manifestações culturais, de saberes locais e de sujeitos tidos como “marginalizados” dentro da sociedade”.

Os quatro últimos artigos que completam o dossiê abordam temáticas relevantes na perspectiva epistemológica e metodológica do estudo e desenvolvimento corresponsável de políticas e programas de garantia de direitos, pautados em pedagogias inclusivas. Nesse sentido, são tratados os

temas: interculturalidade, complexidade, educação em direitos humanos, educação ambiental, considerando-os na esfera do currículo, da formação e ação docente.

Os estudos de Suellen Ferreira Barbosa, Fabiana Sena da Silva e Márcio Antonio Raiol dos Santos contribuem com o artigo intitulado: “Florestania e direitos humanos na Amazônia paraense: interculturalidade e complexidade na análise do currículo”. Os autores subsidiam suas reflexões sobre os direitos humanos na perspectiva intercultural crítica e complexa, via pesquisa bibliográfica e análise dos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Estado do Pará - Ensino Médio (DCEPA-EM). Adotam como pressuposto que “a perspectiva da educação em direitos humanos na Amazônia paraense vai além da compreensão da educação enquanto direito focalizado apenas na inserção do sujeito na escola e a perspectiva de uma educação à florestania, que por meio de diálogos interculturais, se apresenta como constituidora e constituinte da cidadania planetária”. Nos resultados, apresentam uma visão crítica quanto ao viés colonial assumido na educação em direitos humanos, na qual os diálogos interculturais são superficiais. Assim, ressaltam “a urgência em reconceitualizar a educação em direitos humanos na Amazônia paraense por meio da ótica da interculturalidade e da complexidade, nos documentos prescritos, que são bases para as ações do currículo vivido, para que, assim, a cidadania dos povos da floresta seja construída com base nas singularidades, ou seja, na florestania”.

A garantia do direito à educação, via práxis efetivas com “estratégias de gestão, proteção e promoção da educação em territórios indígenas”, é considerada no texto de autoria de Bruno Marcondes Franques e Ananda Machado, intitulado “Território e Currículo: A sincronização do Pqta Yi Esaikap e Pppr-ti das Escolas Sateré-Mawé”. Os autores propõem o exercício transdisciplinar, embasado no pensamento complexo para a construção das estratégias de práxis efetivas, promovendo a análise dos “Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e os Projetos Políticos Pedagógicos Referenciais para Terras Indígenas (PPPR-TIs) [que] têm perspectivas participativas, colaborativas pela gestão autônoma das comunidades e territórios.” O estudo conclui que os princípios estratégicos promovidos, a partir de tais documentos, estão “preparando as novas gerações para representarem os interesses de seus povos com as competências necessárias, sentimento de pertencimento estimulado e identidade cultural fortalecida. Um caminho necessário e bastante promissor nesses tempos de ameaças intensas e complexas que extrapolam as questões locais e se projetam em um mundo em crise”.

O texto de Samela Cristina da Silva Bonfim e Gilson Cruz Junior, intitulado: “Entre a sala de aula, o rio e o ciberespaço: tecnologias como recursos educativos e de conservação ambiental na Amazônia”, busca “compreender os limites e as possibilidades das tecnologias nas ações de educação ambiental em escolas ribeirinhas da região amazônica no âmbito do Projeto Ciência Cidadã para a Amazônia (CCPA)”. A investigação se orienta na abordagem qualitativa de cunho exploratório e caráter descritivo, cuja investigação empírica tem como principal procedimento a entrevista semiestruturada com estudantes de comunidades indígenas e de várzea. Dos resultados destaca: “que a tecnologia assumiu diferentes significados e funções, tais como: ferramenta de sociabilidade, meio para a realização de pesquisas e busca por informação, além de recurso aliado em ações de conservação ambiental”.

O artigo de Alissom Brum e Saraí Patrícia Schmidt, intitulado: “Alfabetização midiática e direitos humanos: diálogos e possibilidades na formação docente”, inicia afirmando a urgência da “oferta de mediações pedagógicas críticas no território escolar”. A investigação adota como pressuposto

que a docência “pautada nos direitos humanos, enxerga como sua incumbência o estudo e a problematização das lições que as crianças e os jovens negociam rotineiramente com a cultura midiática”. O estudo analisa as percepções de professores/as da rede pública de ensino sobre Alfabetização Midiática-Visual em seus contextos de sala de aula, captadas via pesquisa diagnóstica sobre a temática, aplicada em 2021 com 110 docentes, via questionário eletrônico no modelo *Survey*. “Os resultados mostram que os/as participantes do estudo reconhecem que a Alfabetização Midiática-Visual é uma atribuição da escola, em um contexto no qual essa modalidade de alfabetização é um direito humano. Por outro lado, as declarações dos/as participantes demonstram a necessidade de repensar o modo como isso reverbera no cotidiano escolar, bem como evidenciam a carência de aprofundamentos para atuarem no âmbito dessa esfera pedagógica”.

A vastidão de temas na área educacional possibilita que, neste número, na demanda contínua, possamos trazer aos leitores artigos diversificados e instigantes, que tratam da subjetividade e da docência no curso de Psicologia; da educação inclusiva no ensino superior; da análise pedagógica do filme “A idade da terra”, de Glauber Rocha; dos processos formativos do coordenador pedagógico na Educação Infantil; do ensino da língua portuguesa numa perspectiva global; da criação do primeiro mestrado em Ensino de Ciências e Matemática do Brasil; e das práticas investigativas na Educação Infantil. Na sequência, faremos uma breve apresentação desses trabalhos.

Marilene Ribeiro Resende e Maria Elcy Fernandes, em seu artigo “As interfaces entre a subjetividade e a docência no curso de Psicologia” buscam compreender os sentidos do ser docente no curso de Psicologia, na construção de um espaço relacional de ensino e aprendizagem que ultrapasse o saber técnico. A pesquisa tem abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão da subjetividade desenvolvida por González Rey e nos aspectos intersíquicos e intrapsíquicos propostos pela Psicanálise contemporânea. Os dados foram coletados junto a seis docentes do curso de Psicologia de instituições de ensino superior, públicas e privadas, por meio de entrevista semiestruturada com caráter exploratório. A análise dos dados foi feita de acordo com os princípios e procedimentos dos “Núcleos de Significação” propostos por Aguiar e Ozella, possibilitando a construção de quatro núcleos de significação, um dos quais é tratado no artigo: a constituição da subjetividade nas vinculações afetivas no exercício da docência no curso de Psicologia.

O segundo artigo da demanda contínua, “Educação inclusiva no ensino superior: anseios docentes e ações de suporte para estudantes com TEA”, de autoria de Sandra Canal, Juliana dos Santos Rocha e Andreia Mendes dos Santos, tem por objetivo analisar os desafios que a Educação Inclusiva encontra no ensino superior. Trata-se de pesquisa de cunho qualitativo, cujos dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, tendo sido analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD). As análises possibilitaram inferir que os profissionais sentem necessidade de formação continuada para atuar com o estudante com TEA, tendo manifestado interesse em fazer parte de uma rede de apoio que os auxilie a elaborar soluções e encaminhamentos para os desafios que a inclusão traz no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Por sua vez, as instituições de ensino superior buscam criar estratégias para facilitar o processo de inclusão.

Adiante, Luane Cristina de Oliveira Resende e Carlos Betlinski fazem uma leitura interpretativa em “A forma estética e a dimensão pedagógica do filme ‘A idade da terra’, do cineasta Glauber Rocha”. Trata-se de pesquisa bibliográfica a partir de obras de Glauber Rocha e de Walter Benjamin, a qual fundamentou as análises de imagens recortadas para compreender a produção artística de Glauber Rocha

e seu conteúdo educativo. Os conceitos relacionados ao campo da estética e do cinema igualmente foram buscados em Benjamin.

Na sequência, Marta Regina Brostolin e Edneia Maria Azevedo Machado, em “Processos formativos e o aprender a ser coordenador pedagógico na Educação Infantil”, refletem sobre os processos formativos de cinco profissionais que trabalham como coordenadoras pedagógicas em instituições de Educação Infantil no município de Ji-Paraná, em Rondônia. A pesquisa teve abordagem qualitativa e utilizou a entrevista semiestruturada para a produção e análise de conteúdo para a interpretação dos dados. As autoras destacam que a formação continuada contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento profissional das coordenadoras que atuam na Educação Infantil, uma vez que permite a articulação dos saberes teóricos com os saberes da experiência. Os processos formativos do coordenador pedagógico na Educação Infantil no município pesquisado revelam uma trajetória que está em construção, carente de políticas públicas que possam garantir sua permanência, numa perspectiva de valorização e reconhecimento profissional, voltado para a garantia da qualidade da educação das crianças pequenas.

No artigo “O amazonês através dos memes: trabalhando o glocal nas aulas de língua portuguesa”, Hudson Silva de Azevedo e Sérgio Augusto Freire de Souza destacam a importância do ensino da língua portuguesa numa perspectiva glocal, valendo-se de memes que evidenciam a variedade linguística amazonense, no contexto escolar contemporâneo do Ensino Médio. Buscam promover reflexões sobre as transformações sociais – tecnológica, comunicativa, linguística e cultural – que impactam na atividade de ensino e aprendizagem escolar. A pesquisa tem caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, e traz uma “sequência didática” construída a partir de memes que retratam a subjetividade amazonense e que se encontram disponíveis na rede social digital Instagram. Desta forma, tem-se um modelo de ensino de língua portuguesa inserido em uma perspectiva glocal, buscando formar cidadãos globais conscientes de suas raízes locais.

Em seguida, Wagner Rodrigues Valente, Jonathan Machado Domingues e Eliana Almeida Reis Rocha, em “O PROMULTEC e os primeiros passos da Educação Matemática – processos e dinâmicas da constituição de um novo campo profissional e de pesquisas”, analisam a emergência do primeiro mestrado em Ensino de Ciências e Matemática do Brasil, mais tarde denominado Educação Matemática, com apoio nos documentos do Arquivo Pessoal Ubiratan D’Ambrosio. Destacam o papel fundamental de D’Ambrosio, figura de expressão internacional, na criação de diversos capôs científicos no Brasil. A pesquisa se apoia na história cultural e destaca o papel dos formandos, no prosseguimento dos estudos que viriam configurar a Educação Matemática brasileira.

Os autores Cleci Teresinha Werner da Rosa, Luiz Marcelo Darroz e Mateus Lorenzon, no artigo “Práticas investigativas na Educação Infantil: uma metapesquisa focalizada em teses e dissertações (2012-2022)”, analisam 18 estudos extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, os quais foram submetidos a um processo de leitura sistemática, objetivando identificar a abrangência das investigações, as concepções teóricas e as escolas metodológicas das pesquisas. Cinco grandes tendências epistemológicas foram identificadas: I) Construtivismo; II) Sociointeracionismo; III) Abordagens italianas de Educação Infantil; IV) Sociologia da infância; e V) Pedagogia de Projetos, demonstrando não haver unicidade em torno dos pressupostos teóricos que fundamentam o *corpus* da pesquisa. Quanto aos aspectos epistemológicos, predominaram estudos quantitativos, com ênfase para a pesquisa-ação, o estudo de caso e a pesquisa experimental.

Concluimos a apresentação desse número num cenário de consternação e profundo sentimento de pesar e solidariedade com a população de 401 municípios do Estado do Rio Grande do Sul que vive uma dramática situação humanitária, em virtude da terrível catástrofe climática que os assola. As inundações avassaladoras que atingiram mais de 30 metros de altura em muitas localidades, deixando rastros violentos de destruição e mortes, afetaram aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, entre os quais em torno de 200 mil desabrigados ou desabrigados. Nesses momentos, a solidariedade se faz essencial, por isso é crucial promover uma educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos para a cultura de respeito, empatia, acolhimento e cuidado com todos(as), das gerações atuais e futuras. Desejamos profícuas reflexões aos nossos leitores.